

Argumentação, fala e retórica comunicativo – funcional: pressupostos e didáctica

J. Esteves Rei¹

Para abrir

O sector dos serviços atingia no ano de 2001, em Portugal, 45% dos homens e 62% das mulheres, sendo esta proporção, nos Estados Unidos, respectivamente de 64% e 86% - isto segundo (OCDE: 2003). Todavia, já desde 1841, com Balzac (1908: 35-37), constatamos que “a classe dos empregados compreende o porteiro do ministério e não pára no ministro”, pois, como afirma, “segundo as ideias políticas de 1839, até o Rei de França, é um empregado”, um *funcionário*, um trabalhador dos serviços, diríamos hoje, sujeito a ser destituído pelo voto da Câmara ou pelos movimentos de rua do Povo.

1. Das retóricas, em especial a *comunicativo – funcional*, do nosso tempo

A raposa e o leão doente

Um dia, um leão adoeceu e os outros animais acharam que deviam visitá-lo e perguntar-lhe pela sua saúde. De facto, foi o que muitos animais fizeram, excepto a raposa. Então, o leão enviou uns chacais para saber por que motivo a raposa fora tão estouvada e mal-educada, não o tendo visitado quando ele estava gravemente enfermo e quando todos os outros lhe tinham manifestado o seu respeito. – *Apresentai os meus cumprimentos a Sua Majestade!* – disse a raposa aos chacais – *e informai-o de que lhe tenho o mesmo respeito que sempre tive. De facto, eu quis visitá-lo várias vezes, mas receei perturbá-lo. Bem vêem, eu reparei, pelas pegadas à entrada da toca, que muitos visitantes tinham entrado, mas não vi sinais de terem saído!*

Esopo² (s/d: 52)

Desde Aristóteles que o termo *retórica* apresenta noções com matizes vários. Retenhamos algumas, da segunda metade do século XX: a retórica é “a arte de argumentar”, para Perelman e Olbrechts-Tyteca³; mas ela é, também, “o conhecimento dos processos de linguagem característicos da literatura” ou a chave de entrada na obra de arte literária, isto é, no estudo do estilo, particularmente, das figuras, para o Grupo M, da Universidade de Liège, com J. Dubois à frente⁴; ela é, ainda, “o que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte”, isto é, literatura, “um sistema de informação custoso”, ou uma realidade “luxuosa”, para Roland Barthes⁵ (1987b: 105, 107). Também António José Saraiva⁶ (1993: 31) olha a retórica como objecto linguístico luxuoso, ao afirmar:

A linguagem que só pretende transportar uma comunicação (uma mensagem ou um recado) dispensa o luxo. [...] são luxo as chamadas figuras de retórica [...]. A arte literária, [...] é principalmente feita com estes luxos. Mas sem eles a comunicação tende a reduzir-se a símbolos puros como na matemática.

Relativamente à necessidade da retórica, escreve ainda este autor⁷ (Saraiva, 1993: 17-18):

A escrita que usamos correntemente no Ocidente traduz a linguagem natural, não especializada, mas é altamente abstracta, isto é, afastada das coisas referidas no discurso falado. Para traduzir estas expressivamente, é necessário reforçá-lo com os recursos da retórica: onomatopeias, ritmos, metáforas, comparações, etc.

Por último, Yvon Belaval⁸ (1988: 47, 53), para quem a retórica “contém uma arte de

pensar”, define-a como: “uma busca ponderada e [...] experimental sobre os meios da expressão, com vista a um fim prático.”

É esta última que tomamos como referência. Sublinhemos, porém, que a retórica tem, assim, algo de permanente que é a *função comunicativa* e algo de mutável que é a forma que essa comunicação toma no tempo e nos espaços, guiada pela ponderação, pela experiência e, sobretudo, pela finalidade que persegue, o mesmo é dizer, aquilo que, desde Aristóteles, a define: a *intenção retórica*.

O percurso retórico tem para nós um instrumento de análise, desde a Antiguidade, que é o triângulo retórico⁹ (Rei: 1998), constituído pelos ângulos *sociedade – retórica – Escola*, o qual revela a existência de três retóricas, concomitantes e complementares: a clássica, antiga ou da invenção – surgida na Grécia e ampliada em Roma, mantém hoje todo o seu esplendor no tribunal, no parlamento e nas igrejas; a expressiva, literária ou da elocução – aparecida no século XVI, como ilustração da mente e da fala do funcionário régio e instalada, no século XIX, na instituição literária, nesta brilha bem alto das escolas aos prémios literárias, das editoras às bibliotecas e à televisão; e a profissional, funcional ou da disposição – consagrada na segunda metade do século XX e em expansão nas instituições, organizações e empresas.

As duas últimas consagram duas realidades que hoje são incontornáveis: a distinção entre escrita e fala e a consagração desse jogo analítico entre síncope e condensação retóricas que é a argumentação.

2. Da fala ou comunicação oral – estatutos da escrita e da fala

A escrita e a fala vêm indistintas, até à Idade Média, pois, por um lado, noticia Marrou¹⁰ (1981a: 258), “era, em princípio, o retor que ensinava a falar (ou a escrever: os dois para os Antigos, fazem apenas um)”, por outro, escreve Brunetto Latini, por volta de 1260: “Agora os mestres ensinam que a ciência da retórica tem duas formas, uma que consiste em falar oralmente, e outra que consiste em falar por cartas; mas a doutrina é comum às duas”¹¹ (Murphy, 1974: 231,

267). Assim, a Idade Média é o momento, em que, pela primeira vez, se sentem as indigências da Retórica Clássica na satisfação da necessidade da sociedade. Com efeito: 1) a *ars dictaminis* medieval “começa como a resposta a uma necessidade”¹² (Murphy, 1974: 267); 2) pela primeira vez, estabelece-se a distinção entre *falar* e *escrever*; 3) aparece uma nova forma de retórica, as cartas.

Cícero defende o primado da escrita, ao fazer dela a via da aprendizagem da fala, como cita a Professora Rocha Pereira: “o método [...] é escrever muito. A pena prepara-nos para falar bem. Está aí o primeiro e o mais hábil dos mestres [...]”¹³ A sua originalidade, porém, não se fica por aqui. Cícero tem plena consciência de que, no seu tempo, “[...] a arenga política popular, e até a arenga deliberativa do homem de Estado estavam a degenerar”¹⁴ (Mommsen, 1953: 1997), o binómio sociedade - retórica se havia alterado significativamente. Deste modo, ele próprio se encontra na origem de “um novo género, a eloquência forense, género singular e estranho [...] à política [...]: ao mesmo tempo que falava diariamente na barra dos tribunais, era não menos fecundo escritor”¹⁵ (Mommsen, 1953: 1998).

Até então, os discursos dos advogados sempre foram escritos ou pronunciados apenas para os juizes e as partes. O novo género obtém aceitação devido quer à influência do seu autor na arenga política quer ao facto de os Romanos serem argumentistas e retóricos por natureza. Cícero introduz a eloquência na república das letras, despojada da sua roupagem política e, torna-se o criador da prosa latina moderna¹⁶. Tudo isto, porém, só é possível porque Cícero tem leitores que consomem as suas produções oratórias, autênticas ou fictícias¹⁷, apreciando a autenticidade dos episódios referentes ao Fórum, a exposição fácil e o bom gosto de um produto cativante e de leitura agradável, mas, sobretudo, porque um seu amigo, grande editor e amante da sua escrita, se disponibilizou para lhe publicar as obras: Tito Pompónio Ático¹⁸ (Paratore, 1983: 197).

O século XVI retoma a valorização da fala e relativiza a expansão da escrita medieval, desenvolvida pela *ars dictaminis*. Na origem deste facto, encontram-se, entre outros

elementos, a formação do Estado burocrático e centralizado de matiz mercantilista, as experiências, as viagens e os intercâmbios culturais, na Europa e fora dela¹⁹ (Rei, 1998: 72), de que é exemplo vivo o nosso ilustre e reputado humanista Damião de Góis. Determinante neste estado de coisas foi a libertação da retórica das suas partes de natureza lógica, a *inventio* e a *dispositio*, contra o que se insurgiu o nosso António de Gouveia, professor no Colégio de Santa Bárbara, em Paris²⁰ (Carvalho, 1986: 237) e a passagem dos géneros deliberativo e judicial para a filosofia e a dialéctica, sendo o epidíctico englobado na literatura, com a correspondente “degenerescência da retórica” (Perelman e Olbrechts-Tyteca²¹ (1988: 64).

Montaigne²² (1993: 85-87), com a sua veia de criatividade e inovação formais – criando o género *ensaio* –, caracteriza do modo seguinte essa expressão linguística solta, – “descozida”, “destecida”, isto é, no texto:

Quero que as coisas venham ao de cima e que encham de tal modo a imaginação daquele que escuta que não se ponha a pensar nas palavras. A linguagem de que gosto é uma linguagem simples e natural, igual no papel e na boca; uma linguagem suculenta e nervosa, breve e cerrada, não tanto delicada e louçã como veemente e brusca. [...] antes difícil do que aborrecida, fora de afectação e de regras, descozida [sic], audaciosa; cada pedaço deve valer por si próprio; nem pedantesca nem fradesca, nem tribunalesca, antes soldadesca, como Suetónio chama à de Júlio César, embora eu não saiba muito bem porquê [...]. Não gosto de composição em que apareçam ligações e costuras, do mesmo modo que num corpo bem feito se não devem poder contar os ossos e as veias.

Com Barthes, sublinhemos, por fim, que o código retórico “sofreu uma mutação profunda na segunda metade do século XIX”²³ (Barthes, 1987a: 46-47, 42), relacionando-a com a nova sociedade, burguesa, na qual, como diz, “a arte de falar segundo certas regras é, ao mesmo tempo, um sinal de poder

social e um instrumento desse poder”, o que leva este brilhante retórico e analista francês a afirmar: “Há uma outra maneira de apreciar a relação da retórica com a sociedade.” Esta é a situação em que nos encontramos hoje, depois de a comunicação, em especial a comunicação oral ou falada, ter adquirido o relevo que o século passado lhe reconheceu.

Quais os pressupostos do espaço comunicacional oral, isto é, da fala, no mundo actual? Entre eles, destacam-se: a alfabetização institucional universal data dos anos 50 do século XX; o surgimento da empresa, como forma de organização do trabalho, dá-se nessa mesma década, atingindo-se hoje um patamar que permite dizer: hoje *trabalhar* é trabalhar em organização; o desenvolvimento e o crescimento das organizações – clubes, sindicatos... e organizações de lazer e ocupação de tempos livres, para crianças, jovens, adultos e idosos – têm sido elevadas; trata-se da realidade efectiva, subjacente à profecia de Perelman, em 1984, quando afirmava: – “no início [do século XXI] cerca de 75% dos trabalhadores lidarão com processos de tratamento de informação” (Canavarro, 2000: 94).

3. Da argumentação: constituição da disciplina

Henri-Irénée Marrou²⁴ (1981b, 258: 92-93) refere que no império romano, a perda da “liberdade” política, desde Augusto, conduziu a cultura romana a alinhar-se pela cultura grega: a eloquência na sua forma superior já não é eloquência política, mas a estética e desinteressada do conferencista. Desde esse tempo, A. Polião inaugurou em Roma o hábito das recitações públicas, que vão dominar toda a vida literária. Sublinha, ainda Marrou:

A educação romana, como a grega, torna-se de essência estética. Pela literatura e pela arte, aspira a realizar um ideal de humanismo [...] sem qualquer preocupação vil de utilidade e de formação técnica. A eloquência de escola [...] orienta-se naturalmente para a arte do conferenciador / parlestrante, para essa eloquência de

aparato, que define a forma superior de arte aos olhos dos letrados latinos. Os temas das declamações [...] inspiram-se no realismo mas também na fantasia e na aventura – temas que vão inspirar as novelas medievais e constituem uma das fontes da tradição romanesca moderna.

Todavia [...] da escola de retórica saia o pessoal dos altos quadros administrativos e governamentais, pelo que bem vistas as coisas, ela estava bem orientada para a prática: preparando em especial para a carreira judicial e a advocacia [...] correspondentes a uma divisão do trabalho entre jurista e advogado. Este rodeia-se de conselheiros técnicos, – *pragmatici*, que lhe dirigiam o processo e lhe preparavam um dossier de argumentos legais.

O trabalho do advogado era de os tornar válidos, de os ampliar deslizando do direito à justiça, de lhes emprestar uma voz comvente e persuasiva: o seu trabalho era, em suma, de ordem mais literária do que propriamente jurídica.

Sabemos que a Idade Média apresenta uma nova configuração das disciplinas do *trivium*. A Dialéctica, contraponto clássico da retórica, desde o início do século XII até ao fim do século XIV, teve um desenvolvimento independente da Lógica, indo também ela ocupar espaços retóricos: transforma-se na “técnica do *debate*, destinada a alcançar não a verdade, mas uma conclusão perante duas posições contrárias, mas ambas plausíveis”²⁵ (Garavelli, 1991: 50-51). O percurso metodológico desta nova forma retórica, a *disputatio* – que tem como “antecedente[s] a “*declamatio* das escolas romanas de retórica, herdeiras das técnicas pedagógicas de Protágoras e Sócrates e das disputas documentadas dos diálogos de Platão”, e “o estudo do método dialéctico de Aristóteles” -, estruturou-se e adquiriu uma rigorosa formalização: 1) problema; 2) proposta de solução; 3) objecções à proposta; 4) solução do orador; 5) resposta a eventuais objecções. Este exercício imperou em todas as escolas medievais: na interpretação dos textos, nas

demonstrações de teses, nas provas de exame de estudantes.

No século XVI, como já mencionámos, P. Ramus regista nova alteração significativa no âmbito da retórica – a passagem àquela que nós designamos de segunda retórica ou literário-cultural – libertando-a das suas *partes de natureza lógica*, a *inventio* e a *dispositio*, contra o que se insurgiu o nosso António de Gouveia, professor no Colégio de Santa Bárbara, em Paris²⁶ (Carvalho, 1986. 237).

Trata-se do segundo recuo do espaço da retórica: o primeiro, medieval, foi invadido pela dialéctica e o segundo, renascentista, pela lógica, vendo-se reduzida à *elocutio* ou retórica das figuras. Tal recuo é propiciador do surgimento e desenvolvimento da *argumentação*, por esta: 1) não contemplar a narração dos factos, limitando-se à confirmação, sem narração, como já reconhecia Cícero (1848: 514, 517)²⁷; 2) se reduzir, assim, a um jogo, um faz de conta, retórico mínimo, de confirmação e refutação de factos, não narrados, ou proposições; 3) serem estes factos susceptíveis de conhecimento ou focagem duplos, distintos e independentes, por parte de cada um dos intervenientes ou pólos da locução – os interlocutores.

A argumentação apresenta-se, assim, como um produto retórico redutor, um discurso reduzido, porque nascido de uma retórica simplificada nas suas partes, por abdicar de etapas retóricas e informações contextuais que dispensa, por motivos a explicar: 1) ausência de um terceiro elemento, como o juiz, no tribunal? 2) pressuposto de que tais etapas e informações são do domínio dos intervenientes? 3) interesse em, assim, cada um dos intervenientes poder sempre avançar com o seu argumento sem receio de este ser questionado objectivamente, ou seja, a partir do objecto/facto narrado? 4) recurso a uma *lógica voluntariamente degradada* (s.n.), adaptada ao nível do público, quer dizer, do senso comum, da opinião corrente²⁸ (Barthes, 1987a: 28-29) – visto todo o falante tem acesso à argumentação?

A argumentação é, porém, o instrumento de comunicação que, concretamente, na *negociação*, toma 80% do seu espaço comunicacional, quando bem sucedida, a

totalidade (100%) desse espaço, quando infrutífera²⁹ (Kennedy, 1991: 37).

4. Pressupostos e didáctica da *disciplina* – a argumentação

4.1. *Uma teoria da argumentação, criada por Aristóteles* – Este filósofo prestou um relevante serviço à retórica. Em que consistiu tal serviço?

A retórica deve a Aristóteles a sua *sistematização*, ou seja, ele fez dela um sistema, mais tarde completado, mas nunca posto em causa. Essa sistematização compreende, segundo Paul Ricoeur³⁰ (s/d: 13): “*uma teoria da argumentação* [s.n.] que constitui o eixo principal e que fornece simultaneamente o nó da sua articulação com a lógica demonstrativa e com a filosofia [...]”. É possível que a força que brota dessas construções intelectuais tenha a ver com o facto de serem o produto da elaboração de um filósofo: 1) possuidor de uma grande capacidade de observação e explicação do real; 2) conhecedor da psicologia do conhecimento num grau tão elevado da alma humana, como se depreende, particularmente, da definição e do desenvolvimento das paixões (*Ret.*: 1354 a 11); 3) hábil manejador do silogismo, que transportou para a retórica, dando-lhe a forma de entimema, e fazendo dele “o corpo da prova” (*Ret.*: 1355 a 3), tal como desta “um certo género de demonstração”.

Devido a este aspecto, a sua *Retórica* é – segundo Roland Barthes³¹ (1987a: 28-29) — “sobretudo uma retórica da prova, do raciocínio, do silogismo aproximativo (entimema); é uma *lógica voluntariamente degradada* (s.n.), adaptada ao nível do ‘público’ quer dizer do senso comum, da opinião corrente”.

4.2. *Da noção de argumento* – O argumento situa-se numa das vias de desenvolvimento das provas técnicas para persuadir e convencer, isto é, fazer passar uma asserção apoiada numa outra. Trata-se de uma via por dedução, e opõe-se a uma outra, indutiva, que é o exemplo³² (Garavelli, 1991: 94). Na base do argumento encontra-se o entimema, também chamado raciocínio da retórica³³ (Rei, 1994: 88). Tenhamos presente a oposição aristotélica entre os raciocínios analíticos e

os raciocínios dialécticos. Os primeiros permitem uma inferência formal válida e necessária, entre a verdade das premissas e a da conclusão. São impessoais e visam um dado tipo de conhecimento, respeitante ao mundo físico. Os segundos reportam-se a verdades do mundo das opiniões, do humano e do social, do verosímil, isto é, aceite. Consistem não em inferências válidas e necessárias, mas na apresentação de argumentos, mais ou menos fortes, mais ou menos convincentes, mas nunca meramente formais. Ao contrário dos anteriores, não são impessoais, sendo apreciados pela sua acção sobre uma mente, um indivíduo, um interlocutor (Rei, 1998a: 25).

Cícero³⁴ (1848: 490) define o argumento como “o meio que serve para provar uma coisa duvidosa”. Na perspectiva de Demóstenes³⁵ (Barthes, 1987a: 59) trata-se de uma asserção que serve para fundamentar ou fazer admitir outra asserção. E Quintiliano³⁶ (Barbosa, 1788: TI, 43) descreve o argumento como: “Uma Razão que nos dá a prova pela qual de uma verdade concluímos outra e provamos o que é duvidoso por meio do que o não é.” E Jerónimo Soares Barbosa comenta essa passagem com a teoria do “*meio termo*”:

Essa Razão ou argumento é o que os Lógicos chamam *meio termo*. Muitas coisas há cujas relações o espírito apreende imediatamente. Tais são as relações dos sinais com a coisa significada.

O sol põe-se, logo é noite são duas proposições cuja identidade por si mesma se dá a conhecer sem raciocínio. Há porém uma infinidade de Relações e de Oposições em todas as matérias, que o Entendimento humano não pode apreender imediatamente porque a proporção que há entre essas coisas é tal que elas por si mesmas não podem excitar a percepção das suas relações e oposições. Para adquirir pois esta percepção o Entendimento se vê obrigado a fixar a sua vista sobre objectos *intermédios* que ligam estas coisas muito distantes a seu respeito para as poder comparar imediatamente. A colecção

destas ideias intermédias compõe o que os Lógicos chamam *Raciocínio* ou faculdade de raciocinar. Estas ideias médias são abstractas e Gerais [...] são o que nós chamamos Razões e Argumentos, as quais ordinariamente indicamos com a causativa *Porque*.

E numa outra passagem³⁷ (*ibid.*: 295)

Argumentação é a evolução, ou explicação deste argumento, feita por certa forma, e ordem de Proposições, com as quais combinamos diferentemente o tal *Meio termo* com os *Extremos*. Estas formas são diferentes, e segundo a sua diferença, o mesmo meio termo pode ser tratado em *Silogismo*, ou *Entimema* [...].

A teoria da argumentação aristotélica trouxe para o campo da retórica: 1) a organização social e a prática política, caso ela própria não tenha estado na origem do surgimento da própria *polis*; 2) e desloca a discussão e o debate políticos e judiciais do domínio dos instintos e das paixões para o dos valores³⁸ (Rei, 1998: 44 e Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 64)

4.3. *A linguagem na argumentação* – Uma época, como a nossa, de sínteses expressas e divulgadas sob a forma de *slogans* políticos e anúncios publicitários, impõe uma visão da língua como canal de *comunicação* e esta como definidora do tempo que passa. Não foi assim na Grécia, onde a língua é concebida, ensinada e usada como instrumento de *acção*, política e diplomática, e esta acção definia o cidadão livre, em contraponto com o estrangeiro e o escravo³⁹ (Rei, 1998: 28-35). – Sendo o homem o único ser possuidor da língua, é uma vergonha, ao usá-la, não atingir a mestria em proveito próprio – era uma ideia cara a Aristóteles. Tal voto mantém hoje o mesmo brilho e, ainda, maior pertinência: quer por permanecerem os mesmos espaços de intervenção da língua quer por terem surgido novas necessidades sociais de intervenção linguística, tendo nós aqui referido o sector dos serviços.

A oposição *comunicação* – *acção*, como virtualidades da língua: a) destaca duas centralidades distintas, que são a da comu-

nicação, apontando para os sujeitos e a enunciação, e a da acção, direccionada para o produto e o referente linguísticos; e b) destaca, ainda, no âmbito da argumentação, aspectos essenciais como— que as opiniões são discutíveis, ou seja, não se opõem; que os seus autores não são inatacáveis, sejam eles quais forem; e que as soluções finais, dela saídas, não são pré-conhecidas⁴⁰ (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 281-282). Estas soluções finais são, antes, produto de jogos de influências e poder e objecto de um *per-curso* de descoberta e de resolução de um problema comum aos intervenientes – a ensinar e aprender numa didáctica argumentativa a elaborar.

4.4. *Objectivo da argumentação* – Toda a argumentação está ao serviço de uma intenção: obter e/ou aumentar a adesão do(s) interlocutor(es) / ouvinte(s) a uma asserção, ideia, tese tarefa. O seu horizonte pressupõe sempre um estado de coisas a modificar. Deste modo, pressuposto essencial do seu ensino— aprendizagem é que “a argumentação não se desenrola no vazio, mas numa situação social e psicologicamente determinada”⁴¹ (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 78).

Tratando-se de um acto de língua, pressupõe-se a existência de um contacto intelectual e de uma partilha / cumplicidade entre os intervenientes. Pressupõe-se, ainda, a realização de efeitos práticos, situados no futuro, através de uma acção, a provocar ou a preparar, actuando por meios discursivos, na mente dos interlocutores⁴² (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 62).

O fecho de uma argumentação nunca é definitivo, pois ela não elimina todas as condições que lhe deram origem. Assim, ela ressurgirá desde que se encontrem reunidas condições que a ela conduzam de novo, havendo aqui azo à intervenção do discurso epidíctico como defendem⁴³ Perelman e Olbrechts-Tyteca (1988: 62, 64).

4.5. *Eficácia argumentativa e géneros discursivos* – A eficácia argumentativa passa por onde? Pela eficácia da adesão visada, pelo desencadear da acção pretendida, pelo surgimento da disposição para a tarefa ou o projecto compreendidos no horizonte da argumentação. A medida da intensidade dessa adesão não pode ser o grau de probabilidade

acordado à tese admitida, mas, antes, os obstáculos que a acção deve ultrapassar e os sacrifícios ou as escolhas que ela arrasta e que a adesão permite justificar⁴⁴ (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 65).

A presença dos discursos judicial e deliberativo na argumentação parece óbvia, por se tratar de “verdadeiros combates, onde dois adversários procuram ganhar a adesão de um auditório”⁴⁵ (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 63), relativamente à saída de um processo ou de uma acção a empreender. A inclusão nela do género epidíctico decorre de uma determinada concepção dos efeitos da argumentação, como afirmam os autores da *Nova Retórica*⁴⁶ (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 64). Com efeito, tal género é predominantemente visto como mais próximo da literatura, do elogio e da crítica do que da argumentação. Ora, a verdade é que o reforço de uma dada saída argumentativa é indispensável quer porque medeia um tempo entre a disposição para a acção e a efectivação desta quer porque essa saída nunca é definitiva, podendo serem criadas condições para uma nova argumentação. É neste contexto que a dimensão epidíctica do discurso se torna imperiosa, comparando-a o autor a “um vigilante de diques que sofrem constantemente o assalto do oceano”⁴⁷ (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 62).

Para terminar – notícia de uma didáctica argumentativa, a revisitar

A época pombalina deixou marcas, ainda hoje notáveis, na sociedade portuguesa. Não é apenas a Lisboa recriada, visitada e, desde esse tempo, objecto de estudo e criatividade arquitectónicas. Não são apenas as grandes estruturas económicas, com traços ainda hoje relevantes, em vários domínios. Foram também 1) o Alvará Régio de 28 de Junho de 1759⁴⁸ (Andrade, 1981: 79-84) com a criação de – “49 aulas de Retórica, à data de 1772 [...]”; haveria 4 Professores em Lisboa, 2 em cada uma das cidades de Coimbra, Évora e

Porto e 1 em cada uma das outras cidades e vilas que forem cabeça de comarca”;

2) “a indicação da ‘metodologia’ a seguir no ensino dessa disciplina” (Gomes, 1982: 15,10,9), divulgada modernamente por A. A. Banha de Andrade⁴⁹ (1981, 92-95).

É conhecida a finalidade última desta decisão régia, sob a batuta do Conde de Oeiras: criar na elite comercial portuguesa a capacidade de intervir verbalmente com a eficácia com que ele se impôs quer a ingleses quer aos súbditos de D. José:

Embora ela (a Companhia dos Vinhos) não seja aprovada poderá contar que há-de vir a sê-lo, e se o que eu fiz não for suficiente, recorrerei a métodos mais vigorosos para os (aos recalcitrantes) obrigar a submeter-se. [...] pois eles podem ter a certeza que eu conheço melhor os seus interesses que eles próprios, assim como os de todo o reino. Se eu estivesse no meio eles, confundir-lhes-ia a teimosia, e ensinar-lhes-ia as coisas da sua própria profissão que nunca souberam...

Escrevia Pombal a Fr. João de Mansilha, quando recebeu a notícia de que a fundação da Companhia atraía as críticas dos produtores de vinhos daquela região (Cheke, 1946: 216).

De que *coisas* falaria o Ministro de D. José? Estariam nelas incluídas as que apresenta aos professores de Retórica, quando afirma “não há estudo mais útil que o desta disciplina”? E: “É a arte mais necessária no comércio dos homens [...]”?⁵⁰ (Andrade, 1981, 92) Todavia, da necessidade de formação argumentativa é ele não duvida, sendo mesmo clarividente, quando, de seguida, lhes lembra: “Nos discursos familiares, nos negócios públicos, nas disputas, em toda a ocasião em que se trata com os homens, é preciso conciliar-lhes a vontade [...] e que se persuadam do que se lhes diz e o aprovem.”

Bibliografia

Andrade, António Alberto Banha de, “Instruções para os professores de [...] Retórica”, in *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981, Vol. II.

Bally, Charles, *Le Langage et la Vie*, Genève, Librairie Droz, 1965.

Balzac, Honoré de (1908), « Physiologie de l'Employé », in *Oeuvres Diverses*, Paris, Société d'Éditions Littéraires et Artistiques, Librairie Paul Ollendorf, 1841.

Barbosa, Jerónimo Soares, *M. Fábio Quintiliano, Instituições Oratórias Escolhidas dos seus XII Livros*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1788.

Barthes, Roland, *A Aventura Semiológica*, Lisboa, Edições 70, 1987.

“A análise retórica” in *O Rumor da Língua*, Lisboa, Edições 70, 1987.

Belaval, Yvon, *Digressions sur la rhétorique*, Paris, Ramsay, 1988.

Canavarro, José Manuel, *Teorias e Paradigmas Organizacionais*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000.

Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

Cheke, Marcus, *O Ditador de Portugal – Marquês de Pombal*, Espinho, Tipog. Moreira e Livraria Civilização editora, 1946.

Cicéron, *Les Topiques*, in *Oeuvres Complètes*, Trad. M. Nisard, Du Bocholet, Le Chevalier Editeurs. 1848.

Dubois, J., *Rhétorique Générale*, Paris, Larousse, 1970.

Esopo, *Fábulas*, Mem Martins, Europa – América, livros de bolso, (s/d).

Garavelli, Bice Morara, *Manual de Retórica*, Madrid, Cátedra, 1991.

Gomes, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, Coimbra, Almedina, 1982.

Kennedy, Gavin, *Dicionário do Negociador*, Lisboa, Edições Sílabo, 1991.

Marrou, Henri-Irénée, *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité. II. Le monde grec*, Paris, Editions du Seuil, Histoire, 1981. *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité. I. Le monde romain*, Paris, Editions du Seuil, Histoire, 1981.

Mommsen, Teodoro, *História de Roma*, Buenos Aires, Joaquín Gil, 1953.

Montaigne, *Três Ensaios*, Lisboa, Vega, 1993.

Murphy, James, *Rhetoric in the Middle Ages. A Historical Theory from Saint Augustine to the Renaissance*, California, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1974.

OCDE, *World Development Indicators*, 2003.

Paratore, Ettore, *História da Literatura Latina*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

Pereira, Maria Helena Rocha, *Estudos de História de Cultura Clássica. II Volume, Cultura Romana*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

Perelman, Chaïm e Olbrechts-Tyteca, Lucie, *Traité de L'Argumentation. La nouvelle rhétorique*, Bruxelles, Éditions de l'Université, 1988.

Rei, J. Esteves, *Curso de Redacção. II O Texto*, Porto, Porto Editora, 1994.

Retórica e Sociedade, Lisboa, IIE, 1998. *A Escola e O Ensino das Línguas*, Porto, Porto Editora, 1998.

Ricoeur, Paul, *Metáfora Viva*, Porto, Rés Editora, s/d.

Saraiva, António José, *Cultura*, Lisboa, Difusão Cultural, 1993.

Woolff, Hélène, in *Rhétorique et mise en prose au XVe siècle*, Actes du VI^e Colloque International sur le Moyen Français Volume II, Milan, 4-6 Mai 1988 - Milão, Vita e Pensiero, 1991.

¹ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Vila Real.

² Esopo, *Fábulas*, Mem Martins, Europa – América, livros de bolso. (s/d).

³ Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, (in *Traité de L'Argumentation. La nouvelle rhétorique*, Bruxelles, Éditions de l'Université, 1988, p. 1,7) ao destacarem a direcção argumentativa na abordagem da retórica, constituindo o campo do saber que chama de “nova retórica”, colocam o seu ponto de mira, não na perspectiva de um mestre de eloquência, nem na de um lógico, mas na de um novo retor, desejoso de compreender os mecanismos do pensamento: não apenas no discurso escrito, mas também nos discursos falados; não na retórica tradicional, mas

em toda a situação retórica, independentemente do lugar em que se encontrem as três instâncias argumentativas, discurso, orador e auditório; não no acto de falar em público com o objectivo de formar uma opinião, jogando frequentemente com a ignorância, a sugestão, a pressão ou o interesse do mesmo público, mas na adaptação ao auditório, seja a família, à mesa, seja o grémio dos mais reputados especialistas, num encontro científico. Este alargamento do campo retórico, por parte destes ilustres investigadores belgas, decorre do seu objecto de estudo: “os meios discursivos de obter a adesão dos espíritos” (p. 10), ou seja, a técnica de persuadir e convencer através da linguagem.

⁴ Dubois, J., *Rhétorique Générale*, Paris, Larousse, 1970, p. 25.

⁵ Roland Barthes, “A análise retórica”, in *O Rumor da Língua*, Lisboa, Edições 70, 1987, p. 105.

⁶ António José Saraiva, *Cultura*, Lisboa, Difusão Cultural, 1993, p. 31.

⁷ António José Saraiva, op. cit., pp. 17-18.

⁸ Yvon Belaval, *Digressions sur la rhétorique*, Paris, Ramsay, 1888, pp. 47, 53.

⁹ José Esteves Rei, *A Escola e O Ensino das Línguas*, Porto, Porto Editora, 1998.

¹⁰ Marrou, Henri-Iréné, *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*. II. Le monde grec, Paris, Editions du Seuil, Histoire, p. 258.

¹¹ Apud James Murphy, *Rhetoric in the Middle Ages. A Historical Theory from Saint Augustine to the Renaissance*, California, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1974, p. 231.

¹² James Murphy, op. cit., p. 267.

¹³ Maria Helena Rocha Pereira, *Estudos de História de Cultura Clássica*. II Volume, Cultura Romana, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 136. O autor desenvolve assim o seu pensamento (Liv. I, 33): “Então, todos os desenvolvimentos, todos os traços relevantes que o tema possa fornecer, quer sejam do âmbito da arte, do gosto ou do génio, se por uma viva contemplação do espírito se aplica a apreendê-los, eles se apresentarão por eles próprios e se desvendarão aos nossos olhos; nessa altura os pensamentos mais brilhantes, as expressões mais felizes, segundo a natureza da composição, vêm necessariamente colocar-se sob a nossa caneta, as palavras colocam-se numa ordem regular e os períodos tomam contornos, não segundo a harmonia dos poetas, mas segundo o número que convém à eloquência oratória”.

¹⁴ Apud Teodoro Mommsen, *História de Roma*, Buenos Aires, Joaquín Gil, 1953, p.1997.

¹⁵ Apud Teodoro Mommsen, op. cit., p. 1998.

¹⁶ Apud Teodoro Mommsen, op. cit., p. 1998.

Cf. ainda Hélène Woolff (1991 : 95), onde escreve a autora: “Cícero propunha a aliança da história e da eloquência, ou seja, a retórica do orador ao serviço de uma disciplina nobre por natureza e por função. Assim se justificam os discursos fictícios, cuidadosamente elaborados, fortemente argumentativos e cuja eloquência pouca relação tem com a palavra historicamente pronunciada [s. n.]”.

¹⁷ Como Isócrates, também Cícero, produziu vários discursos que nunca foram pronunciados, com a diferença de que o primeiro, como vimos, os destinava a um consumo escolar, o segundo a um consumo público. Bem vistas as coisas, talvez a diferença não seja tão significativa, pois também Cícero - perante a diminuição dos espaços retóricos na sociedade romana devido à sua organização social mais hierarquizada e a atribuição do poder a uma elite reduzida e pouco variada - criou o seu público e a sua escola [s.n.], no sentido próprio e no sentido figurado, isto é, nova orientação e novo género, mas também novos clientes servidos ou alimentados pela leitura - verdadeiro fenómeno social da sua época -, ou seja, aquilo que hoje poderia ser designado por escola paralela, realidade que só os séculos XIX e XX verão nascer.

¹⁸ Ettore Paratore, *História da Literatura Latina*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 197.

¹⁹ José Esteves Rei, *A Escola e O Ensino das Línguas*, Porto, Porto Editora, 1998, p. 72.

²⁰ Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 236

²¹ Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, op. cit., p. 64.

²² Montaigne, *Três Ensaios*, Lisboa, Veja, 1993, pp. 85-87.

²³ Roland Barthes, *A Aventura Semiológica*, Lisboa, Edições 70, 1987, pp. 46-47, 42

²⁴ Henri-Iréné Marrou, *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*. I. Le monde romain, Paris, Editions du Seuil, Histoire, 1981, 258: 92-93.

²⁵ Bice Morara Garavelli, *Manual de Retórica*, Madrid, Cátedra, 1991, pp. 50-51.

²⁶ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 237.

²⁷ Cícero, “Les Topiques”, in *Oeuvres Complètes*, Trad. M. Nisard, Du Bocholet, Le Chevalier Editeurs. 1848, p 514. Para o autor, “a confirmação é apenas argumentação mais veemente e a argumentação limita-se a instruir”. E ainda (1848: 517): A argumentação não é outra coisa do que a arte de desenvolver os argumentos; consiste em deduzir de proposições certas ou prováveis o que é duvidoso ou menos provável em

si. Há duas espécies de argumentação: uma tende directamente a convencer; a outra, a comover. A primeira directamente enuncia a proposição e reúne os motivos que lhe devem servir de fundamento. E depois de os ter estabelecido, relaciona-os com a proposição e conclui. A segunda segue uma via inversa: começa por escolher as suas razões dá a suas provas; e quando emocionou vivamente os espíritos, chega finalmente à proposição.

²⁸ Roland Barthes, *A Aventura Semiológica*, Lisboa, Edições 70, 1987, pp. 28-29.

²⁹ Gavin Kennedy, *Dicionário do Negociador*, Lisboa, Edições Sílabo, 1991, p. 37.

³⁰ Paul Ricoeur, *Metáfora Viva*, Porto, Rés Editora, s/d, p. 13.

³¹ Roland Barthes, *A Aventura Semiológica*, Lisboa, Edições 70, 1987, p. 28-29.

³² Bice Morara Garavelli, *Manual de Retórica*, Madrid, Cátedra, 1991, p. 94.

³³ J. Esteves Rei, *Curso de Redacção. II O Texto*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 88.

³⁴ Cícéron, “Les Topiques”, in *Oeuvres Complètes*, Trad. M. Nisard, Du Bocholet, Le Chevalier Editeurs. 1848, p. 490.

³⁵ Roland Barthes, *A Aventura Semiológica*, Lisboa, Edições 70, 1987, p. 59.

³⁶ Jerónimo Soares Barbosa, M. Fábio Quintiliano, *Instituições Oratórias Escolhidas dos seus XII Livros*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 178, TI, 43.

³⁷ Jerónimo Soares Barbosa, op. Cit., p. 295.

³⁸ J. Esteves Rei, *Retórica e Sociedade*, Lisboa, IIE, 1998.: 44 e Chaïm Perelman, e Lucie Olbrechts-Tyteca, *Traité de L'Argumentation. La nouvelle rhétorique*, Bruxelles, Éditions de l'Université, 1988, p. 64.

³⁹ J. Esteves Rei, *Retórica e Sociedade*, pp. 28-35.

⁴⁰ Chaïm Perelman, e Lucie Olbrechts-Tyteca, op.cit., pp. 281-282.

⁴¹ Chaïm Perelman, e Lucie Olbrechts-Tyteca, op.cit., p. 78.

⁴² Chaïm Perelman, e Lucie Olbrechts-Tyteca, op.cit., p. 62.

⁴³ Chaïm Perelman, e Lucie Olbrechts-Tyteca, op.cit., pp. 62, 64.

⁴⁴ Chaïm Perelman, e Lucie Olbrechts-Tyteca, op.cit., p. 65.

⁴⁵ Chaïm Perelman, e Lucie Olbrechts-Tyteca, op.cit., p. 63.

⁴⁶ Chaïm Perelman, e Lucie Olbrechts-Tyteca, op.cit., pp. 64.

⁴⁷ Chaïm Perelman, e Lucie Olbrechts-Tyteca, op.cit., p. 62.

⁴⁸ António Alberto Banha de Andrade, “Instruções para os professores de [...] Retórica”, in *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981, Vol. II., pp. 79-84.

⁴⁹ António Alberto Banha de Andrade, pp. 92-95.

⁵⁰ António Alberto Banha de Andrade, p. 92.